



# Questão Palestina

Therezinha de Castro\*

O artigo aprecia os aspectos mais importantes de um dos desafios a ser vencido pela *Nova Ordem Mundial*, em proveito da sua controversa credibilidade de intenções. Abordando assunto de atualidade permanente, foi entregue pela autora antes do seu inesperado e sempre lamentado falecimento.

**P**alestina ou Filístia (País dos Filisteus), cenário de toda história bíblica é também chamada de Terra Santa, Terra da Promissão, como ainda Terra de Canaan ou seja, de fartura e alegria. Trata-se, porém, de um espaço do Oriente Médio marcado por impactos e choques.

Prolongamento da Síria, a paisagem palestina é caracterizada por três faixas paralelas.

A primeira, planície costeira do Mediterrâneo, ou planície da Filístia é larga ao sul, estreitando-se para o norte desse litoral retilíneo. A segunda, região das colinas, forma uma faixa que vai dos 40 aos 65km de largura, esquematicamente paralela ao Mediterrâneo, onde estão as cidades ligadas à vida de Jesus – no norte Nazaré e Canaan, no sul Betânia, Belém, Jericó e Jerusalém. A terceira é a profun-

da depressão do vale do Jordão, avaliada em 3.830km<sup>2</sup>, com largura média que vai dos 15 aos 25km em laterais bastante escarpadas, chegando, em alguns trechos, a formar autênticos precipícios.

Encaixado entre essas laterais, um solo quase plano, sempre abaixo do nível do mar, serve de calha ao Rio Jordão, ímpar em paisagem de *ueds* ou rios temporários.

Corre em região semi-árida ou desértica em falha, a mais profunda do mundo, estendendo-se, desde a Galiléia, por 400km, até o Golfo de Akaba.

O Jordão nasce no Monte Hermon, na Síria, precipitando-se em várias quedas, até chegar ao Lago Tiberíades ou de Genesaret, onde já está a 200 metros abaixo do nível do mar. Forma, em seguida, vários meandros para, numa linha reta de 112km, seguir para o sul e entrar no Mar Morto, ou Lago Asphaltite, em profundidade de 300 metros, com seu fundo atingindo os 800 metros abaixo do nível do mar.

\* Professora.

Pode-se então, à guisa de comparação, destacar-se o forte desnível, pois Jerusalém, que está a apenas 24km de distância desse mar interior, se encontra numa altitude de 900 metros acima do nível do mar.

Contrastam aí os dois lagos escalonados pelo Jordão. Cenário das pregações de Jesus, o Tiberíades ou Genesaret, medindo 21km de comprimento por 12km de largura máxima, têm suas águas transparentes bastante piscosas. Enquanto o Mar Morto, com 76km de comprimento por 17km de largura máxima, é também chamado Asphaltite, por ser freqüente o aparecimento de massas de asfalto em sua superfície, a alta salinidade e densidade de suas águas impede aí qualquer tipo de vida, permitindo que nele flutuem objetos pesados, inclusive o corpo humano.

Nesse espaço geográfico de três faixas paralelas distintas, as idéias monoteístas da lei mosaica iria preparar o advento do Cristianismo e, no conhecimento das duas, Maomé concebia o islamismo, cabendo ao islamismo proclamar que ninguém foge ao seu destino pois, ao nascer, Alá já traçou a sorte de cada um. *Assim Maomé teria como destino ser profeta e, depois de Abraão, Moisés e Jesus ele seria o último e o maior de todos eles.*

Num embate étnico-religioso, embora monoteístas, os seguidores de Javé ou Jeová e os de Alá se põem frente a frente num confronto secular na *Terra dos Profetas*.

## MOSAICO ÉTNICO

A histórica Palestina dos profetas é espaço geográfico que se estende do Deserto da Jordânia até a costa do Mediter-

râneo, formando uma zona de passagem onde se mesclaram, na antigüidade, diferentes culturas.

Embora, etimologicamente, Palestina signifique país dos filisteus, esses não são citados pela Bíblia mas são lembrados por Heródoto. Sabe-se ainda que, passagem obrigatória entre o mar e o deserto, bem antes da chegada dos hebreus (século II e I a. C.), o litoral era ocupado pelos fenícios e o interior pelos cananeus.

O destaque seria dado aos hebreus por terem fundado os Reinos de Israel e Judá e viverem aí como o povo de um só Deus, até que a expansão assírio-babilônica, povo politeísta, em busca da Síria e do Egito pusesse fim ao seu esplendor.

Com a tomada de Jerusalém, começam os 60 anos de cativo em Babilônia (587 a. C.). Durante essa primeira diáspora, os poucos filhos de Israel que conseguiram ficar na Palestina eram judeus de hábitos religiosos imutáveis, pouco combativos, que se contentavam em passar horas diante do *Muro das Lamentações*, ruínas que restaram do tempo de Salomão, recitando suas lamúrias.

Conquistando Babilônia, o rei persa Ciro permitiu que os cativos judeus retornassem a Palestina, onde formaram de novo uma comunidade religiosa, mas nunca mais tiveram independência política. É que a região seria conquistada pelos greco-macedônios e romanos, quando Jesus, com sua mensagem transformada no Cristianismo, também monoteísta seria marco para nova História.

Aos judeus e cristãos viriam se juntar os árabes (636) e turcos (1517) associando ao conjunto um novo credo também monoteísta – o islamismo.

Os turcos dominariam toda a Palestina, incluída no Império Otomano, até 1917, que, derrotados com seus aliados alemães na Primeira Guerra Mundial, seriam substituídos pelos ingleses.

Foi, no entanto, durante a fase de dominação otomana que se realizaria a *1ª aliyah*, ou seja, a chegada de grande leva de judeus perseguidos na Rússia czarista, no final do século XIX; esses migrantes iriam se instalar nas imediações de Jafa, onde hoje se encontra Tel Aviv.

A continuidade de *progroms* desencadeados tanto na Rússia como na Europa Oriental levaria mais 50 mil judeus para a Palestina na *2ª aliyah*.

Essas migrações judaicas levariam a um enfrentamento com os árabes no espaço palestino, os judeus, já ocupando centros urbanos do litoral na estreita faixa entre a Galiléia e Samaria, bem como na margem direita do curso superior do Jordão, enquanto os árabes, bem mais espalhados ocupavam o interior desde a Galiléia – Samária, até a Judéia. Essa ocupação iria inspirar a ONU, em 1947.

### INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Tanto árabe quanto judeus iriam, na Primeira Guerra Mundial, ajudar os aliados contra os turcos otomanos, lutando com os alemães.

Eis que, em novembro de 1917, quando a vitória dos aliados já estava garantida, o Ministro dos Negócios Exteriores britânico, Arthur James Balfour entra em contato com Lord Rotschild, um dos chefes da Comunidade Judaica, participando-lhe que *considerava favorável o estabele-*

*cimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu.*

A Declaração Balfour acirraria os ânimos. Não agradou os sionistas, por não falar explicitamente de um Estado judeu e sim num *lar judeu*, e levou os árabes a se considerarem traídos pelos *amigos ingleses*, que lhes prometera a formação de um Estado independente na Palestina.

Desconfiados, desiludidos e, mais do que nunca afeitos à rivalidade, tanto árabes como judeus viam, em 1922, a Liga das Nações conceder à Inglaterra o Mandato sobre a Palestina. O fator geoestratégico justificaria o Mandato britânico. Tratava a Inglaterra de defender, pelo leste, a Palestina, manter a rota da Índia via Oriente Médio e poder comunicar-se diretamente com o Iraque, de onde um oleoduto chegava através da Transjordânia ao Mediterrâneo.

No período de entreguerras, cresceria ainda mais a migração judaica para a Palestina, com o nazismo perseguindo esse povo, bem como a má vontade dos países ocidentais em abrir suas portas para receber os refugiados da Europa Central, atitudes com reflexo na Palestina, onde a comunidade judaica que era, em 1922, de 100 mil indivíduos, passava, em 1937, a somar 400 mil pessoas.

Para agradar os árabes, donos do petróleo e detentores do Canal de Suez, a Inglaterra tratava de restringir a migração judaica para a Palestina. Essa atitude levava os judeus a desenvolverem guerrilhas antibritânicas na Terra Prometida.

### EXPERIÊNCIA ANÁRQUICA

Antes de Maomé, os árabes viviam em tribos esparsas sendo, pois, com o

islamismo que eles ingressam propriamente na História.

Entram para a História mas, a unidade política será sempre, no seio desse povo um objetivo impossível em proveito de uma instituição de cooperação entre Estados, na base de estrita igualdade. Essa instituição, conhecida como Liga Árabe, era criada em 22 de março de 1945, como instrumento de uma Inglaterra onipresente, consciente porém do declínio de seu poder.

A Liga Árabe era criação do Egito, como órgão promotor de uma associação flexível em oposição ao Iraque, desejoso da fusão dos Estados do antigo Crescente Fértil.

Essa Liga, que ia reunir 21 Estados árabes, incluía os palestinos, para os quais era reclamado o direito de um Estado, para o que, a *guerra santa* era não só pregada como preparada. O fortalecimento árabe refletia-se ainda no reconhecimento da independência da Transjordânia (22 de março de 1946) pela Inglaterra, que se reservava no direito de manter tropas na área. E ainda pelo fato de, dois meses depois (25 de maio), o segundo filho do Rei Hussein do Hedjaz, reino ao longo do Mar Vermelho na costa oeste da Arábia, Abdulah se haver proclamado Rei da Jordânia.

A formação da Liga Árabe, sob supervisão inglesa, e a constante migração judaica levariam o caos para a Palestina. Os ingleses, ainda com o Mandato, não conseguiam dominar a situação anti-britânica nem os choques armados entre árabes e judeus.

Era chegada a hora propícia para os Estados Unidos desalojarem os ingleses

da região. E, para isso, levavam para a ONU o projeto de partilha da Palestina que era o seguinte:

- o Estado Árabe (11.665km<sup>2</sup>), ocuparia a Galiléia Ocidental, no litoral mediterrâneo, e a faixa de Gaza, ao sul, ficando também com a faixa interior da Samária e Judéia;

- o Estado Judeu (14.477 km<sup>2</sup>) ficava com a Galiléia Oriental, onde teria parte da depressão do Jordão, boa parte do litoral mediterrâneo de Haifa, até a faixa de Gaza, e o Deserto do Neguev, para assim atingir o Golfo de Akaba, onde teria o porto de Eilat.

Além dessa divisão da Palestina, em 30 de novembro de 1947 a Assembléia Geral internacionalizava a cidade *três vezes santa* da Palestina, Jerusalém, e também Belém, requerendo que a Inglaterra deixasse a região no prazo de oito meses.

Liderados pelos Estados Unidos, 33 países votaram a favor, outros 13 foram contrários (Grécia, Cuba e Estados muçulmanos) e 10 se abstiveram.

Numa espécie de *pré-Guerra Fria*, as duas nações anglo-saxônicas, aliadas na Segunda Guerra Mundial há tão pouco terminada, por interesses econômicos, alimentariam tensões e conflitos entre as comunidades judaicas e árabes que ficaria conhecida como *grande experiência anárquica*.

Desgastada pela guerra, enfraquecida política e economicamente, a Inglaterra, à meia-noite do dia 14 de maio de 1948, deixava a Palestina. Coincidentemente, horas antes, no Museu Municipal de Tel Aviv, era executada a canção sionista *Hatikvah* (Esperança), hoje o hino nacional israelense, enquanto Ben Gurion lia o texto que proclamava a independência do

Estado de Israel, naquele mesmo espaço territorial indicado há menos de seis meses pela ONU.

Num rápido desenrolar de acontecimentos, 11 minutos depois, os Estados Unidos reconheciam a existência de fato de *Eretz Israel*. Por sua vez, a URSS, não mais aliada de guerra dos Estados Unidos, três dias depois, estendia ao direito, e não ao fato, a existência do novo Estado, pois o fazia no momento em que os exércitos do Egito, Iraque, Jordânia, Síria e Líbano atacavam Israel já com seu litoral bloqueado pela Inglaterra.

Esta é a chamada *Guerra da Independência*, durante a qual a resistência do *Haganah*, exército de defesa que nascera com a colonização judaica, surpreendeu o mundo da época.

A intervenção da ONU bem como os vários armistícios assinados, entre fevereiro e julho de 1949, não significariam a paz. Nesse período em que Israel tomava-se membro da ONU (11 de maio de 1949), com o *Armistício de Rhodes*, a Palestina Árabe deixava de existir internacionalmente. Sem perda de tempo, o Rei Abdulah tratava de anexar a Filistina, ou Palestina Árabe, do território na margem direita do Jordão a partir do Lago Tiberíades (27 de janeiro de 1950). E, por estender seus domínios até a margem do Jordão, era proclamado, oficialmente, o *Reino Hachemita da Jordânia*.

Era o começo de longos anos de guerras, de fronteiras incertas e de paz com terror na Palestina, onde Israel com 14.477km<sup>2</sup>, praticamente a metade do nosso estado de Alagoas (27.703km<sup>2</sup>), teria que enfrentar, cercado pelos árabes, o problema da coexistência. Assim, mais

uma vez, os árabes, por iniciativa do Egito, tomavam a ofensiva.

Em 13 de janeiro de 1964, numa pronta resposta contra o desvio de águas do Jordão para Israel, era criada a OLP (Organização de Libertação da Palestina).

Três anos depois (5 de junho de 1967), com a fulminante Guerra dos Seis Dias desencadeada por Israel, o Estado Judaico mais que quadruplicava sua área, passando a ter 89.600km<sup>2</sup>, quase o equivalente ao território de Santa Catarina (94.798km<sup>2</sup>). Essa guerra foi, na realidade, um contra-ataque de Israel para livrar-se do ataque que o Egito, Síria e Jordânia preparavam. Com a vitória dos israelenses, era conquistado o Sinai, a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e as Colinas de Golan, que o Governo israelense se negou a devolver, rejeitando a Resolução da ONU.

Tomava-se Israel ocupante do conjunto das regiões palestinas árabes do plano de partilha da ONU de 1947. Estendia ainda os limites municipais da *cidade santa*, de 607 hectares, para 7.285 hectares, levando a Constituição de 30 de julho de 1980 a transformar Jerusalém na *capital eterna de Israel*, ficando garantido o acesso aos lugares santos. Dotados de identidade israelense, os palestinos preferiram conservar sua nacionalidade e passaporte como veto formal à anexação. Na Cisjordânia ocupada, somente os lugares santos islâmicos tinham gestão assegurada pelo Reino Hachemita da Jordânia, que concedia passaporte provisório a seus pares árabes.

A partir de 1969, intensifica-se o terrorismo palestino contra Israel, com a indicação de Yasser Arafat, chefe da organização guerrilheira Al-Fatah, para a presidência da OLP. A resposta será sempre os

constantes bombardeios israelenses na Síria e no Líbano, que abrigavam bases guerrilheiras palestinas.

No feriado judaico do Yom Kippur ou Dia do Perdão, em 6 de outubro de 1973, enquanto o Egito avançava para retomar o Sinai, a Síria procurava reconquistar Golan, sendo repelidos, e levando os Estados Unidos e a URSS a interromper a contra-ofensiva e a assinatura de uma cessar-fogo por parte de Israel.

No ano seguinte, a ONU reconhecia a OLP como a legítima representante do povo palestino, enquanto Israel estimulava seus colonos a se estabelecerem nos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias.

Em novembro de 1977, o presidente egípcio Anwar Sadat faz uma visita de surpresa a Jerusalém, atitude que abriria o caminho para os *Acordos de Camp David* assinados nos Estados Unidos. Ficava estipulado o compromisso israelense de negociar sobre a autonomia dos territórios palestinos e iniciar a retirada do Sinai, que é devolvido ao Egito em 1982.

O Líbano porém vai ser invadido em junho de 1982, face aos sucessivos ataques guerrilheiros; a *intifada* termina com o massacre de refugiados palestinos nos Campos de Sabra e Chatila. Mas Israel só se retira do Líbano em 1985 mantendo, no entanto, a faixa de território fronteira das Colinas de Golan e continuando a instalar colônias judaicas na Cisjordânia, sem se preocupar com as pressões dos Estados Unidos que, já estavam às voltas com a Guerra do Golfo (1991) e quando Israel é atacado por mísseis *Scud* e recebe antimísseis *Patriot* dos Estados Unidos.

Finda a Guerra do Golfo, os Estados Unidos fazem pressões pela paz, nada conseguindo na Conferência Árabe-Israelense de Madri (outubro de 1991).

A vitória de Itzak Rabin com o lema *terra em troca de paz* (1992), Israel anuncia o congelamento parcial da construção de casas para colonos judeus nos territórios ocupados.

Em outubro de 1993, a OLP reconhece Israel e seu direito de existência, enquanto o país judaico aceitava a Organização presidida por Yasser Arafat como *a representante do povo palestino*.

Após meses de negociações secretas na Noruega, o Governo israelense e a OLP assinam um acordo de paz, que previa a instalação, por cinco anos, de um regime de autonomia limitada para os palestinos, inicialmente na Faixa de Gaza e cidade de Jericó, e que se estenderá posteriormente a toda Cisjordânia, ficando para resolução posterior a criação de um Estado palestino e o *status* de Jerusalém, cuja anexação por Israel é aceita pela OLP.

A Declaração de Princípios sobre os Acordos Interinos de Autonomia, de 13 de setembro de 1993, resultante das negociações secretas em Oslo, provocaram surpresa e um entrelaço político-diplomático no mundo árabe dos parceiros-aliados da OLP. Esse acordo palestino-israelense nada mais era do que a consequência imediata do fim da Guerra Fria, resultando nas últimas ilusões da coordenação interárabe. Impunhasse a política do *cada um por si* com relação a Israel, enquanto, livre do confronto com Moscou, Washington aparecia como o *único padrinho* do processo de paz. O aperto de mão entre Rabin e Arafat na Casa Branca consagrou, perante o mundo, esse fato.

Esses anos todos de experiências bélicas mantêm a população israelense num serviço militar muito pesado, levando o país a imaginar sempre cenários de conflitos muito intensos e de respostas militares correspondentes; assim a *previsão para o pior* é o único modo seguro para se preparar com vistas ao próximo ataque.

### CONCLUSÃO

Na prática, finda a Guerra Fria sem o confronto dos Estados Unidos face aos soviéticos defendendo os árabes, Israel bem sabe que não tem aliado oficial nem vizinho amigo.

O apoio dos Estados Unidos será sempre bem-vindo, mas estão certos de que devem se manter dentro da auto-suficiência e que não podem contar com ninguém para sua segurança. Têm ainda na memória que, logo que nasceu, Israel, ameaçado por seus vizinhos, recorreu à França para modernizar e completar o armamento de suas tropas. Foi quando De Gaulle escreveu a Ben Gurion que não fosse tão obstinado, pois se o pior acontecesse iriam ser socorridos.

A elasticidade de suas fronteiras estreitas, o pequeno corredor que na realidade lhe cabe tendo em Tel Aviv, apenas 20km, ou mesmo os 25km da faixa de Golan, ou os 50km da Cisjordânia, transmitiram aos israelenses uma sensibilidade particular aos ataques-surpresa e a vulnerabilidade da retaguarda.

Daí a tática do ataque preventivo durante a Guerra dos Seis Dias ou de transferência do campo de batalha para o território inimigo, donde a sua doutrina militar fundamentada dentro do

conceito de dissuasão generalizado. Daí a visão árabe de que Israel é um agressor permanente.

O terrorismo palestino não ameaça propriamente a existência de Israel mas, não resta dúvida, se constitui num verdadeiro desafio de segurança.

Conclui que os palestinos desejam, como dizem, *um porto, um aeroporto e um passaporte; enfim, um Estado*. Assim, enquanto a idéia de segurança é essencial para os israelenses, a necessidade de um Estado é prioritária para os palestinos.

Por outro lado, Jerusalém é uma questão que desencadeia paixões, enquanto a *questão da água* se apresenta como a causa da perpetuação dos conflitos.

Na área, apenas a Síria e o Líbano são relativamente bem dotados de água. Os recursos do Vale do Jordão são ainda insuficientemente explorados, por causa do conflito territorial. Os grandes projetos de fornecimento de água pela Turquia são custosos mas são realizáveis, como ainda a tecnologia da dessalinização da água do mar.

Outra questão espinhosa é a das populações. Sabemos que a migração maciça de judeus foi a base da própria existência de Israel, enquanto o retorno de exilados palestinos é o cimento para a implantação do novo Estado. E não se nota muito a boa vontade dos israelenses no permitir o repatriamento maciço de milhões de palestinos quanto a relutância dos colonos judeus de sair dos territórios ocupados.

Enfim, que na mesa final das negociações a paz permanente venha para a Palestina e que tanto palestinos quanto israelenses sejam antes de tudo e ao mesmo

tempo *sabras*, palavra árabe que designa o fruto do cactus: duro e espinhoso por fora mas, por dentro doce como o mel.

Enquanto o século XIX foi a fase heróica da colonização, que o século XXI seja

o do *self determination* ou autodeterminação. Como explicitava a Carta do Atlântico, de 14 de agosto de 1941, *é direito de cada povo o de escolher a forma de governo sob a qual deseja viver.* ☉

## BIBLIOGRAFIA

*Atlas Géopolitique du Moyen-Orient et du Monde Arabe (Le Croissant des Crises)* – Sous la direction de Philippe Lemarchand Editions Complexe. Paris, 1944.

CHARLIAND, Gérard et Jean Pierre Rageau. *Atlas Strategique (Geopolitique des Nouveaux Rapports de Forces dans le Monde)*. Editions Complexe. Paris, 1993.

DEFARGES, Philippe Moreau. *Relations Internationales*. Volume 1 – Questions Régionales – Editions du Seuil, Paris, 1993.

GRIMAL, Henri. *La décolonisation (1919-63)* - Librairie Armand Colin. Paris, 1965.

KIRK, George E. *História do Oriente Médio*. Zahar Editores, Rio, 1967.

PARMENTIER, Guillaume. *Le Retour de l'Histoire (Stratégie et Relations Internationales pendant et après la Guerra Froide)* – Questions au XX e S. Édition Complexe. Bruxelles, 1993.

*Vários Autores* (Sous la direction de Ghassan Salamé) – Proche – Orient; les exigences de la paix – Editions Complexe – Paris, 1994.

*“Existe uma alma para um exército,  
assim como para os indivíduos e nenhum general  
pode contar com todo o potencial de seu exército  
sem comandar as almas de seus homens,  
bem como seus corpos e pernas.”*

*William Tecumseh Sherman*